

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 14 - 28 de junho de 2020



URUCU À VENDA: SÓ A LUTA PODE IMPEDIR A ENTREGA

Direção do Sindipetro denuncia a privatização escandalosa da Província Petrolífera e chama categoria a resistir unida

Na última sexta-feira (26 de junho) a categoria recebeu com indignação a divulgação do “teaser de E&P na Bacia de Solimões”. O documento escancara a tentativa de liquidação completa das atividades da Petrobras na Amazônia, após a privatização da TAG (gasoduto Urucu-Manaus), do anúncio da venda Reman e das termelétricas de Manaus (AM).

A importância da Província de Urucu é inestimável para a região, tanto na produção de óleo e gás com geração de emprego e renda para centenas de trabalhadores diretos e milhares de contratados e indiretos, quanto em aspectos como segurança operacional, responsabilidade social e ambiental, atuando num ecossistema tão importante em nível nacional e global.

O governo entreguista de Bolsonaro/Mourão, com seu fantoche Castello Branco à frente da Petrobras, tem como objetivo destruir todo o patrimônio público construído pela classe trabalhadora deste país. Assim como no caso do Banco do Brasil, a tônica deles é: “*tem que vender essa porra logo*” – como disse Paulo Guedes na reunião ministerial de abril.

No entanto, “no meio do caminho tinha uma pedra”. Esta pedra somos nós os petroleiros e petroleiras, com o apoio de todos os setores da sociedade que conosco vão encampar a forte resistência contra a privatização que vamos organizar no próximo período.

Para isso, a categoria e a direção do Sindipetro PA/AM/MA/AP, com apoio da FNP e da CSP-Conlutas, vão atuar em diversas frentes simultâneas. Por dentro da Petrobras, será necessário muita unidade e organização para resistirmos aos assédios e falsas promessas que tentarão enfraquecer a nossa moral e nos fazer duvidar de nossa capacidade de luta.

Já em âmbito público, vamos atuar em três vertentes: articulação política com entidades, movimentos sociais, parlamentares, prefeitos, etc. que defendam a continuidade da Companhia em Urucu; juridicamente, por meio de Ação Civil Pública questionando a legalidade da medida; na comunicação, investindo recursos numa forte campanha nas mais diversas mídias para dialogar com a sociedade sobre o crime de lesa-pátria que significaria esta privatização.

Nossas primeiras ações serão iniciadas já nos próximos dias, com uma reunião virtual (convite abaixo) com os(as) trabalhadores(as) e uma atividade – com todas as medidas de prevenção sanitária – no embarque desta semana no aeroporto de Manaus (AM).

A direção deste sindicato reforça a convocação para que todos(as) estejamos mais unidos que nunca para travar essa guerra contra os privatistas. Contamos com cada petroleiro(a) para enfrentarmos juntos batalha por batalha. É preciso lutar, é possível vencer!

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá
28 de junho de 2020



**REUNIÃO SOBRE
A VENDA
DE URUCU**



**Acesse: www.is.gd/urucu
[Aplicativo Zoom]**



30 DE JUNHO
terça-feira, às 20h
(horário de Manaus)

ORIENTAÇÕES SOBRE O PARCELAMENTO DO PED-2015

Na implantação do plano de equacionamento do déficit de 2015 em março de 2018, os participantes e assistidos foram obrigados a pagar um valor extra pra Petros. No estado do Pará, por decisão liminar, os participantes e assistidos tiveram 18 parcelas extras, não pagas, até setembro de 2019, quando o STJ suspendeu todas as liminares que garantiam o não pagamento.

Com a implantação do novo plano de equacionamento que substituiu o PED 2015 e o déficit de R\$ 8,4bi acumulado em 2018, a Petros passará a cobrar as parcelas suspensas por conta de liminares. Cada parcela foi corrigida pela meta atuarial do plano acumulada no período de 18 meses. Os participantes e assistidos terão duas opções para início do pagamento, a partir de julho/2020 ou janeiro de 2021.

O total acumulado poderá ser pago à vista ou de acordo com o número de parcelas disponibilizadas no simulador da Petros, lembrando que, quanto maior o número de parcelas, maior será o valor final pago. O valor das parcelas, para cada opção, será fixa e foi calculada levando em consideração juro atuarial anual, IPCA projetado anual (4,92%) e percentual para o fundo de quitação por morte (FQM).

A opção com o maior número de

parcelas é a forma vitalícia de pagamento, calculada pela expectativa de vida de cada participante e assistido/a.

A Petros de forma intransigente não possibilitou uma forma flexível de pagamento onde, no decorrer do tempo, a opção inicial escolhida poderia ser mudada a critério de quem paga. Mas a FNP ainda tá fazendo gestão junto a Petros para que haja essa possibilidade.

Orientamos para cada participante e assistido/a fazer a opção que melhor atenda o orçamento mensal. Para os que desejem pagar de forma vitalícia, e com início de pagamento em julho, não é preciso fazer nenhuma opção: a Petros automaticamente assumirá essa forma.

Mas aqueles que precisem pagar a partir de janeiro de 2021 terão que fazer a opção no simulador até 8 de julho de 2020. Nesse caso, nos meses de julho a dezembro de 2020, será cobrado o fundo de quitação por morte (FQM) de 1,44% para quem é do plano PPSP-R e 1,62% para PPSP-NR.

Esclarecemos que os dados e valores aqui informados foram retirados do Portal Petros, mas não representam concordância desse sindicato com os valores calculados e com a forma de pagamento disponibilizada.

EDITORIAL

A BOIADA DA PRIVATIZAÇÃO

“Precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada (...)”.

Na tristemente célebre reunião ministerial de 22 de abril, amplamente divulgada pela imprensa, o ministro do (anti)Meio Ambiente, Ricardo Salles, escancarou o modus operandi do governo Bolsonaro/Mourão em relação aos objetivos principais para as ações durante a pandemia.

Na mesma lógica tem operado a direção títere de Castello Branco à frente da Petrobras. Enquanto esconde dos sindicatos e da opinião pública a alarmante escalada de casos de infecção e mortes pelo novo coronavírus nas unidades, aproveita para seguir os planos nefastos de vender diversos ativos da empresa e atacar ainda mais a categoria.

Somente desde o anúncio da pandemia pela OMS (11 de março), foram divulgadas “oportunidades de investimento” (venda) de 10 ativos da companhia. Entre eles, os campos terrestres e águas rasas em Alagoas e Ceará, seis ativos de geração elétrica, quatro termelétricas, Gaspetro, os 10% restantes da NTS, além de 2 usinas eólicas.

No mesmo período, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei privatista do saneamento básico. Quando a pandemia mostra a necessidade de um sistema amplo e público para acesso a milhões sem tratamento de água e esgoto, o governo e o parlamento entregam o serviço ao mercado.

Segundo um dos sindicatos da categoria (Sindisan-SE): “vale ressaltar que são várias as experiências negativas de gestão privada do setor de saneamento no mundo e mesmo no Brasil, como o caso da malfadada experiência da cidade de Manaus, cujos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram privatizados há 20 anos e se mostraram ineficientes e de alto custo para a população”.

Por tudo isso, é preciso por para fora Bolsonaro e Mourão e barrar a destruição do Brasil, enquanto ainda temos algum patrimônio público para defender.



BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

BELÉM (PA) - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
MANAUS (AM) - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR

PUBLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIPETRO PA/AM/MA/AP

GESTÃO 2020-2022 “DEFENDER A PETROBRÁS NA LUTA”